

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 873.171 - DF (2016/0050748-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : PRENSAS SCHULER S A
ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS DE BRITO E OUTRO(S) - DF007592
JESSICA KELLY DE ARAÚJO OLIVA - DF024746
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 1996. VEDAÇÃO PREVISTA NO ART. 4º. DA LEI 9.249/1995. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO DETERMINAR UM INDEXADOR. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA CONTRIBUINTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto por PRENSAS SCHULER S.A., com fundamento no art. 105, III, *a* da Constituição da República, em adversidade ao acórdão proferido pelo egrégio TRF da 1ª. Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. SELIC. VEDAÇÃO (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º. DA LEI 9.249/95). AO JUDICIÁRIO NÃO SE DEFERE LEGISLAR POSITIVAMENTE.

1- T2/STJ (AgRg- REsp nº 1.214.856/PR): "(...) a correção monetária das demonstrações financeiras depende de lei que a autorize. (...). Existindo norma que impede a correção (...) ((...) o art. 4º., parágrafo único, da Lei 9.249/95), não é permitido ao Poder Judiciário, atuando como legislador positivo, modificar tal entendimento e determinar o indexador que lhe pareça mais adequado. (...)"

2- Apelação não provida.

3- Peças liberadas pelo Relator, em Brasília, 7 de abril de 2014., para publicação do acórdão (fls. 121).

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 144/146).

3. Nas razões do Apelo Nobre, alega a parte recorrente violação dos arts. 535 do CPC/1973, 43 do CTN, além do art. 39 da Lei 9.250/1995 e 262 do Decreto 3000/1999, 187 a 191 da Lei 6.404/1976.

4. Além de alegar a existência de vício no julgado, a despeito da oposição dos Aclaratórios, defende, em suma, seja-lhe assegurado *o direito de atualizar monetariamente os valores dos Prejuízos Fiscais acumulados, registrados na parte B do LALUR, para fins de apuração do imposto de renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, independente da vedação imposta pela Lei 9.249/95, utilizando-se para tanto do mesmo índice de atualização de valores utilizados pelo Fisco na cobrança de seus créditos tributários, qual seja, a Taxa SELIC, índice de atualização de tributos federais a partir de 01/01/1996, conforme determina o disposto no parágrafo 4o. do artigo 39 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995* (fls. 164).

5. É o breve relatório.

6. De início, cumpre destacar que a alegada violação do art. 535, II do CPC/1973 não ocorreu, tendo em vista que a lide foi resolvida nos limites propostos e com a devida fundamentação. As questões postas a debate foram decididas com clareza, não tendo havido qualquer vício que justificasse o manejo dos Embargos de Declaração. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

7. No mérito, observa-se que o Tribunal de origem seguiu entendimento consolidado nesta Corte Superior de que, diante da existência de vedação legal à correção monetária das demonstrações financeiras, como aquela prevista no art. 4o. da Lei 9.249/1995, não é permitido ao Poder Judiciário, atuando como legislador positivo, fixar ou alterar indexador que lhe pareça mais adequado. A propósito:

TRIBUTÁRIO. IRPJ. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. VEDAÇÃO IMPOSTA PELO ART. 4º DA LEI 9.249/95. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. *Inexistente a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, como se depreende da análise do acórdão recorrido.*

2. *Esta Corte entende que a correção monetária das demonstrações financeiras depende de lei que a autorize. Com efeito, o art. 4º, parágrafo único, da Lei 9.249/95 veda a correção monetária sobre as demonstrações financeiras. Não é permitido ao Poder Judiciário, atuando como legislador positivo, modificar o entendimento legal e determinar o indexador que lhe pareça mais adequado. Precedentes. Súmula 83/STJ.*

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp. 724.863/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 26.8.2015).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ANÁLISE DE OMISSÕES RELATIVAS A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 356/STF. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2001. REVOGAÇÃO PELO ART. 4º DA LEI Nº 9.249/95. NECESSIDADE DE LEGISLAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO DETERMINAR UM INDEXADOR. PRECEDENTES DE AMBAS AS TURMAS DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. *O acórdão recorrido se manifestou de forma clara e fundamentada sobre a revogação da correção monetária das demonstrações financeiras na hipótese, não havendo que se falar em deficiência na prestação jurisdicional. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.*

2. *Não cabe ao STJ, em sede de recurso especial, examinar omissão de questões constitucionais, a pretexto de violação ao art. 535 do CPC, tendo em vista que a Constituição Federal*

Superior Tribunal de Justiça

reservou tal competência ao Pretório Excelso, no âmbito do recurso extraordinário.

3. *A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a correção monetária das demonstrações financeiras depende de lei que a autorize, de forma que, existindo regra que a vede (art. 4º, parágrafo único, da Lei 9.249/95), não cabe ao Poder Judiciário atuar como legislador positivo e determinar um indexador para tanto. Precedentes: AgRg no AREsp 147.225/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJe 09/10/2012; AgRg no AREsp 33.618/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 13/03/2012; REsp 975.004/PR, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/03/2008; AgRg no Ag nº 1.330.113/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe de 26/05/2011; AgRg no REsp nº 1.074.207/SC, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJe de 11/02/2009; e REsp nº 808.947/RJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 16/09/2008.*

4. *Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.449.866/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 19.12.2014).*

8. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Contribuinte.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR